

Artigo científico

## Saúde das crianças em situação de rua: um estado de violação de direitos

### Health of homeless children: a state of rights violation

Luiz Gustavo Alves Lima<sup>1</sup>, Alexandra Ferreira da Silva Matos<sup>2</sup>, Brena Luiza Gomes de Castro Fraga<sup>3</sup>, Cicera Emanuele do Monte Simão<sup>4</sup>, Camila Lima Ribeiro<sup>5</sup>, Joice Fabrício de Souza<sup>6</sup>

<sup>1</sup>Graduando em Enfermagem pela Faculdade de Medicina Estácio de Juazeiro do Norte, Juazeiro do Norte, Ceará, E-mail: luizgustavoallima@gmail.com;

<sup>2</sup>Enfermeira graduada pela Faculdade de Ensino Superior do Ceará, Fortaleza, Ceará, E-mail:alexandramatos388@gmail.com;

<sup>3</sup>Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza (Unifor), Fortaleza, Ceará, E-mail:brenalgdc@outlook.com;

<sup>4</sup>Enfermeira Residente no Programa de Residência Uniprofissional em Enfermagem Obstétrica da Universidade Regional do Cariri (URCA), Juazeiro do Norte, Ceará, E-mail: emanueledomonte16@gmail.com;

<sup>5</sup>Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza (Unifor), Fortaleza, Ceará, E-mail: camilalimaribeiro2@gmail.com;

<sup>6</sup>Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza (Unifor), Juazeiro do Norte, Ceará, E-mail: fabriciojoice53@gmail.com.

**Resumo:**Objetivo: o presente trabalho objetiva refletir acerca dos principais agravos, condicionantes e determinantes que constituem o panorama da saúde de crianças em situação de rua no Brasil. Métodos: realizou-se um ensaio teórico a partir de uma busca nos bancos de dados da base da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Portal de Periódicos da CAPES, seguindo o modelo de ensaio teórico, onde foi possível identificar 10 trabalhos que compuseram a amostra final. Resultados: retratou-se o contexto de descaso o qual as crianças em situação de rua se encontram no Brasil, expostas a múltiplos agravos à sua saúde, bem como a atuação de múltiplos determinantes e condicionantes que levam ao aumento da morbimortalidade desse grupo. Considerações Finais: o cenário de vulnerabilidade das ruas oferece diversos agravos à saúde desses indivíduos, entre eles a falta de suprimento às necessidades básicas, como a alimentação, higiene e abrigo, além da alta exposição a riscos como a violência, exploração sexual e do trabalho, acesso às drogas e à criminalidade.

**Palavras-chave:** Direito à Saúde; Saúde da Criança; Jovens em Situação de Rua; Atenção Primária à Saúde; Vulnerabilidade Social.

**Abstract:** Objective: the present work aims to reflect on the main problems, conditions and determinants that constitute the health panorama of street children in Brazil. Methods: a theoretical essay was carried out based on a search in the databases of the *Biblioteca Virtual de Saúde* (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) and *Portal de Periódicos da CAPES*, following the theoretical essay model, where it was possible to identify 10 works that made up the final sample. Results: portrayed- the context of neglect in which street children find themselves in Brazil, exposed to multiple health problems, as well as the action of multiple determinants and conditions that lead to an increase in morbidity and mortality in this group. Final considerations: the vulnerability scenario of the streets poses several health problems to these individuals, including the lack of provision for basic needs, such as food, hygiene and shelter, in addition to high exposure to risks such as violence, sexual and labor exploitation, access to drugs and crime.

**Keywords:** Right to Health; Child Health; Homeless Youth; Primary Health Care; Social Vulnerability.

### 1 Introdução

A questão da população em situação de rua é uma problemática global, fortalecida pelo capitalismo e pelas desigualdades sociais acentuadas por esse sistema, resultando na exclusão desses indivíduos das políticas sociais e do acesso aos direitos humanos básicos, constituindo um descumprimento claro às suas prerrogativas, o que se atesta a partir da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976, em face do estado de coisas inconstitucional a qual esses indivíduos são submetidos no Brasil (Brasil, 2023a).

Em razão das complexidades operacionais das pesquisas, detalhar um número exato de pessoas vivendo

em situação de rua é uma tarefa difícil (Paiva et al., 2016; Jesus e Lisboa, 2022). Apesar disso, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH) aponta em relatório preliminar que cerca de 221.113 pessoas, cadastradas no CadÚnico, vivem nessas condições, constituindo, segundo o relatório, um grupo caracterizado pela “pobreza extrema, a ruptura ou fragilização dos laços familiares e a inexistência de moradia convencional regular, utilizando espaços públicos e áreas muitas vezes hostis e degradadas como seu lar e fonte de subsistência” (Brasil, 2023b, p.6).

Dessa forma, essa problemática se caracteriza pela heterogeneidade de sua manifestação, atingindo todos as faixas etárias, inclusive as crianças — pessoas de zero a

nove anos — que por serem consideradas o grupo mais vulnerável, demandam absoluta dependência de seus responsáveis, a fim de assegurar seus direitos fundamentais e seu pleno crescimento e desenvolvimento biológico, psicológico e social (Brasil, 2018).

Isto posto, são inúmeros os fatores que agravam a saúde da população em situação de rua de modo geral, tendo em vista que o seu próprio modo de viver influi diretamente no processo saúde-doença, resultando em uma maior vulnerabilização desse grupo e consequentemente em um aumento da morbimortalidade precoce (Contijo, Silva e Viegas, 2023; Silva *et al.*, 2018; Paiva *et al.*, 2016).

Um fator que se agrava ao tratar-se das crianças, dada a sobreposição de vulnerabilidades que esse cenário apresenta, tendo em vista que esse grupo, por se encontrar em pleno estado de desenvolvimento motor, psicológico, cognitivo e social (Papalia e Martorell 2021), demanda necessidades específicas de saúde, possuindo absoluta prioridade, cabendo à família, comunidade, Estado e sociedade em geral garantir o cuidado integral.

Apesar disso, observa-se a manutenção de um vácuo nas ações governamentais a fim de efetivar os direitos fundamentais dessas crianças, em especial a assistência à saúde integral, o que desvela as contradições gritantes da sociedade brasileira, onde apesar dessa prerrogativa ser plenamente assegurada pelo ordenamento jurídico, não existem meios efetivos a fim garantir a sua concretização (Paiva *et al.*, 2016).

Sendo assim, o presente ensaio teórico objetiva refletir acerca dos principais agravos, condicionantes e determinantes que constituem o panorama da saúde de crianças em situação de rua no Brasil.

Para tanto, questiona-se: quais os principais agravos, condicionantes e determinantes que constituem o panorama da saúde de crianças em situação de rua no Brasil?

## 2 Materiais e Métodos

Apesar da gravidade que a problemática das crianças em situação de rua apresenta, observa-se uma premente invisibilidade associada ao tema, situação que também se constata a partir da análise das produções científicas acerca do tema, que revelam-se escassas e insuficientes.

Dessa forma, a partir da necessidade de discutir esse cenário, o presente trabalho objetiva explorar essa problemática a partir de um ensaio teórico, a fim de fornecer embasamentos teóricos iniciais para reflexões e questionamentos posteriores acerca da temática.

Para tanto, procedeu-se a uma análise dos estudos indexados nos bancos de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Portal de Periódicos da CAPES, a partir de uma busca pelas palavras-chave: “Crianças em situação de rua” e “Pessoas em situação de rua”, onde se utilizou o termo “Saúde” como refinador do segundo, por meio do operador booleano “AND”.

Dessa forma, identificou-se um total de 860 trabalhos, onde aplicou-se o critério de inclusão: estudos de 2013 a 2023 em português, assim como os critérios de exclusão: trabalhos duplicados e que não atendessem ao objetivo da pesquisa, resultando em uma amostra final de 10 trabalhos que serviram de embasamento para o presente ensaio teórico.

## 3 Resultados e Discussão

### 3.1 A criança e a ida às ruas

O viver nas ruas é uma condição que resulta da falha anterior de todas as instituições responsáveis pela tutelação da criança, onde os contextos de pobreza, negligências, abusos e violências resultam na busca por outras estratégias de sobrevivência, de forma que a rua se apresenta como uma alternativa aos menores, que nela buscam uma possibilidade de superar essa realidade (Tyler e Schmitz, 2018; Ecker, 2017; Rizzini e Couto, 2019; Alves, Souza e Gomes, 2023).

Trata-se de um ciclo de violações, onde o sinal extremo e o pedido de socorro anterior a ida às ruas, que não foi ouvido ou reconhecido, segue invisível aos olhos da sociedade, resultando em uma conjuntura gerada pelo estado de exclusão e descompromisso político dos detentores do poder, alinhado à falta de apoio da população às políticas públicas efetivas (Rizzini e Couto, 2019; Medeiros e Cavalcante, 2018; Ecker, 2017; Rodrigues *et al.*, 2023).

Papalia e Martorell (2021) pontuam como o desenvolvimento das crianças está associado à atmosfera familiar, de modo que as dificuldades desse ambiente influenciam diretamente em comportamentos internalizantes e externalizantes, como ansiedade, depressão, agressividade e hostilidade. Desse modo, os autores convergem ao apontar como esse contexto induz a ida às ruas, seja para estar permanentemente ou a maior parte do dia, em busca de maior liberdade, dinheiro ou fugir da realidade familiar.

Observa-se que esses cenários motivam a criança a buscar nas ruas meios de subsistência para si e/ou para seus familiares, desempenhando nesses ambientes algum tipo de trabalho infantil, conforme divulgou o relatório do Projeto Conhecer Para Cuidar, realizado em 17 cidades brasileiras, apontando que 72% das crianças analisadas realizavam alguma atividade em troca de dinheiro, sendo as principais a venda de produtos de pequeno valor, a mendicância e as expressões artísticas de rua (Souza e Rizzini, 2020).

Sendo assim, enquanto os problemas relacionados ao alcoolismo, drogas, desemprego e desavenças familiares figuram como os principais motivos para as pessoas adultas passarem a viver nas ruas, a violência e as más condições socioeconômicas e familiares são os principais fatores que motivam essa ação por parte das crianças e dos adolescentes (Rizzini e Couto, 2019; Alves, Souza e Gomes, 2023; Ecker, 2017; Reis *et al.*, 2022).

Tais apontamentos corroboram com os resultados obtidos por Souza e Rizzini (2020), que pontuam os fatores supracitados, assim como a exploração no trabalho, tráfico de drogas e mendicância, como principais motivos.

Desse modo, à medida que as condições socioeconômicas às quais as crianças são submetidas podem acarretar problemas físicos, mentais e sociais, esse estado contribui para a evasão desses menores do seio familiar e comunitário, gerando uma sobreposição de vulnerabilidades, ao passo que, ao ir às ruas, essas crianças deparam-se com diversos outros fatores agravantes à sua integridade física e mental, estando expostos a contextos e situações de risco e vulnerabilidade a desfechos negativos

(Tyler, Schmitz, 2018; Silva *et al.*, 2018; Rizzini e Couto, 2019).

### 3.2 A rua, um ambiente de violações

São diversos os agravos que somam-se e interferem diretamente no processo saúde-doença da população infantil em situação de rua, convindo ressaltar a importância de uma análise ampliada desse contexto, apta a reconhecer a influência dos múltiplos fatores ambientais e sociais que condicionam e determinam esse quadro e que vão além do aspecto biológico (Paiva *et al.*, 2016).

Dessa maneira, observando-se essa conjuntura sob um aspecto ampliado, pode-se afirmar que a realidade extremamente difícil a qual a criança se encontra já compõe um fator de risco à saúde, tendo em vista a supressão das condições básicas — como alimentação e higiene — que a falta de abrigo ocasiona, além das violências e as implicações do trabalho infantil, que somam-se ao acesso às drogas, abstenção na escola, criminalidade das ruas e exploração sexual (Strashun *et al.*, 2020; Tyler e Schmitz, 2018; Reis *et al.*, 2022).

Nesse sentido, a falta de moradia está diretamente associada ao surgimento de experiências adversas na infância, bem como uma maior chance de baixa saúde geral e surgimento de condições crônicas de saúde física e/ou mental, conforme constataram Barnes *et al.* (2021), através de um estudo transversal, que observou uma taxa maior que 50% de ocorrências de pelo menos uma experiência adversa na infância com jovens sem-teto não acompanhados, em relação aqueles alojados.

Essa situação, além de oferecer violações à curto prazo, prejudica diretamente o desenvolvimento infantil, conforme pontua Ecker (2017), de modo que o rompimento das fronteiras de proteção e a ausência na escola, somados à dura realidade a qual elas são submetidas, resultam em uma fragilização do processo de desenvolvimento físico, mental e social, em razão das privações de afeto, socialização e estimulação que a infância demanda, interferindo diretamente no sentimento de pertencer.

Nesse sentido, essas crianças estão mais predispostas a desenvolver transtornos relacionados à saúde mental, apresentando uma maior taxa de prevalência global de transtornos de conduta, depressão, estresse pós-traumático, déficit de atenção, bipolaridade e ansiedade além do sofrimento psicológico (Armoon *et al.*, 2024).

Em consonância, a questão da sexualização precoce dessas crianças constitui um alto risco, havendo a grande prevalência de experiências de gravidez indesejada e abortamentos nesse grupo, além da presença de infecções sexualmente transmissíveis, um fator advindo da vulnerabilidade, resultando na exploração sexual desses menores em troca de remuneração, fatores ou vantagens (Tyler e Schmitz, 2018; Silva, *et al.* 2018; Reis *et al.*, 2022; Demenech, 2021; Strashun *et al.*, 2020).

### 3.3 A questão das drogas

Além disso, observa-se como o consumo de drogas se faz presente no cotidiano e na vivência desses menores, onde o uso dessas substâncias pode atuar muitas vezes como uma estratégia para suportar as condições que a vida nas ruas oferece, de modo que a maioria das crianças entre 11 e 18 anos já fez uso de alguma droga ilícita na vida (Ecker, 2017; Rizzini e Couto, 2019; Oliveira *et al.*, 2021).

Dentre os apontamentos sobre as drogas nos estudos analisados, o crack desperta preocupação, tendo em vista que entre as substâncias ilícitas, essa obteve o maior índice percentual de uso, seguido da maconha e dos solventes, um fator que sofre contribuição dos prévios contextos familiares sendo efetivado na rua, como estratégia de fuga da violência, da fome e das demais adversidades desse ambiente (Oliveira, *et al.*, 2021; Rizzini e Couto, 2019; Ecker, 2017; Reis *et al.*, 2023).

Diante desse contexto, o alto consumo de crack é apontado em razão do baixo preço e da fácil disponibilidade nas ruas, tendo o seu uso associado a outras drogas, como o álcool, trazendo diversos riscos, a exemplo, a dependência e a possibilidade de desenvolver agravos futuros à saúde, bem como os prejuízos ao desenvolvimento biopsicossocial oferecidos por essas substâncias (Oliveira, *et al.*, 2021).

Nessa linha, um estudo iraniano, conduzido por Khezri *et al.* (2020), observa que pelo menos 50% dos jovens em situação de rua relataram ter usado alguma droga no último mês, havendo uma incidência maior no uso de heroína, álcool e metanfetamina.

Dessa maneira, tal desigualdade em saúde oferece riscos a longo e curto prazo à saúde desses indivíduos, haja vista que o uso regular de drogas entre crianças pode afetar não só o crescimento e o desenvolvimento, mas também ocasionar um profundo comprometimento do neurodesenvolvimento infantil, conforme pontuam Aly *et al.* (2020).

### 3.4 Vítimas invisíveis

Em consonância com o que Paiva *et al.*, (2016) identificaram na literatura, observa-se que o debate entre a população em situação de rua e as políticas de saúde ainda é tímido, à proporção que as discussões a respeito das crianças nesse contexto chegam a ser escassas, havendo uma pequena quantidade de estudos que abordam esse recorte.

Do mesmo modo, constata-se o desinteresse dos políticos e da sociedade acerca do tema, o que se explica pela invisibilidade social dessas pessoas, que são veladamente destituídas da condição de crianças e cidadãs, o que legitima uma omissão social e estatal, dada a responsabilidade dessas instituições na defesa e garantia dos direitos das crianças que é descumprida (Rizzini e Couto, 2019; Medeiros e Cavalcante, 2018; Jesus e Lisboa, 2022; Rodrigues *et al.*, 2023).

Tal desinteresse resulta na falta ou ineficiência das ações governamentais a fim de solucionar essa problemática, carecendo-se de reformulações das políticas públicas postas, além do delineamento de estratégias efetivas, conforme determinado pelo texto do julgamento da supracitada ADPF 976 (Brasil, 2023a; Alves, Souza e Gomes, 2023; Rodrigues *et al.*, 2023).

Dessa maneira, as demandas de saúde das crianças em situação de rua revelam a necessidade de uma ação intersetorial adaptada a essa realidade, ao passo que esse contexto perpassa por diversas omissões, que nascem no seio familiar e aprisionam esses indivíduos à marginalização e ao agravamento da saúde, ao invés da criação de práticas punitivas e repressivas, como àquelas que se destacam na realidade atual (Rizzini e Couto, 2019; Jesus e Lisboa, 2022).

Desse modo, Alves, Souza e Gomes (2023) explicitam a necessidade de considerar a rua como um território de cuidado, garantindo direitos básicos como “alimentação, banho, descanso/sono, acesso à informação/educação, cultura, esporte, lazer/brincar, cuidados em saúde, considerando a lógica da redução de danos” (Alves, Souza e Gomes, 2023, p. 11), Isto é, enquanto não se corrige as profundas e complexas raízes da problemática, evitando-se a perpetuação desse ciclo que afeta diretamente os que vivenciam o contexto de pobreza e social.

Apesar disso, enquanto observa-se uma manutenção do quadro que resulta na ida das crianças às ruas, também se constata a ineficiência da implementação das políticas delineadas a fim de se reduzir os danos, como apontam Jesus e Lisboa (2022), exemplo disso é o caso da estratégia dos Consultórios de Rua, que em razão da baixa adesão dos municípios, falta de apoio da população ao programa e o reduzido financiamento enfrenta dificuldades na efetivação do cuidado (Medeiros e Cavalcante, 2018).

Nesse contexto, a promoção da saúde desses menores demanda a construção de estratégias adaptadas às especificidades biopsicossociais desse grupo, a partir da criação de vínculos, atuação multidisciplinar, livre de preconceitos e estigmas, associados à uma potente articulação intersetorial (Contijo, Silva e Viegas, 2023; Rizzini e Couto, 2019; Vale e Vecchia, 2019; Jesus e Lisboa, 2022).

#### 4 Considerações finais

A infância é classificada pela literatura como uma fase insubstituível ao desenvolvimento e à formação humana, ao passo que os aspectos biopsicossociais construídos nesse período reverberam por toda a vida, dessa maneira, o ordenamento jurídico brasileiro prevê o cuidado prioritário a esse grupo, de responsabilidade do Estado, da família e da sociedade. Apesar disso, observa-se um contexto de descaso o qual as crianças em situação de rua se encontram no Brasil, expostas a múltiplos agravos à sua saúde, dado os aspectos de morbimortalidade que esse contexto apresenta.

Sendo assim, constata-se, a partir da análise bibliográfica realizada que o cenário de vulnerabilidade das ruas oferece diversos agravos à saúde desses indivíduos, entre eles a falta de suprimento às necessidades básicas, como a alimentação, higiene e abrigo, além da alta exposição a riscos como a violência, exploração sexual e do trabalho, acesso às drogas e à criminalidade, resultando em danos biopsicossociais.

Desta vista, aponta-se a necessidade de se oferecer visibilidade ao tema, de modo que sejam criadas e defendidas políticas públicas efetivas a esse respeito, por meio da atuação intersetorial dos diversos atores sociais, a fim de garantir os direitos básicos para esses menores, entre eles a efetiva assistência integral à saúde, conforme determinado na Constituição Federal e ordenamento jurídico brasileiro.

#### Referências

ALVES, S. G.; SOUZA, N. P.; GOMES, M.P.C. “Nessa rua, nessa rua falta proteção”: uma revisão de escopo sobre crianças e adolescentes, em situação de rua no

Brasil. *Saúde em Redes*, v. 9, n. 3, p. 4202-4202, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18310/2446-4813.2023v9n3.4202>

ALY, S. M.; OMRAN, A.; GRAULIER, J.; ALLORGE, D. Substance abuse among children. *Archives de Pédiatrie*, v. 27, n. 8, p. 480-484, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.arcped.2020.09.006>

ARMOON, B.; GHADIPASHA, A.; MOHAMMADI, R.; LESAGE, A.; HAROONI, J.; GRIFFITHS, M. D. The global prevalence of mental health disorders among runaway and homeless youth: A meta-analysis. *European Child & Adolescent Psychiatry*, p. 1-30, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00787-024-02519-2>

BARNES, A. J.; GOWER, A. L.; SAJADY, M.; LINGRAS, K. L.; Health and adverse childhood experiences among homeless youth. *BMC pediatrics*, v. 21, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12887-021-02620-4>

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: orientações para implementação. 2018. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/pnais/c/>.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. População em situação de rua. Plano de ação e monitoramento para efetivação da política nacional para a população em situação de rua. Brasília, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/governo-federal-lanca-201cplano-ruas-visiveis-pelo-direito-ao-futuro-da-populacao-em-situacao-de-rua201d-com-investimento-de-cerca-de-r-1-bilhao/copy2\\_of\\_V3\\_plano\\_acoas\\_populacao\\_de\\_rua1.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/governo-federal-lanca-201cplano-ruas-visiveis-pelo-direito-ao-futuro-da-populacao-em-situacao-de-rua201d-com-investimento-de-cerca-de-r-1-bilhao/copy2_of_V3_plano_acoas_populacao_de_rua1.pdf)

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADPF 976. Decisão sobre condições desumanas de vida da população em situação de rua no Brasil. Rel.: Min. Alexandre de Moraes. Brasília, 25 jul. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6410647>.

DEMENECH, L. M. et al. Exploração sexual de crianças e adolescentes em situação de rua no Sul do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 5701-5710, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.31052020>

ECKER, D. D. Crianças em situação de rua: malabarismos de exclusão. *Ciências Psicológicas*, [S. l.], v. 11, n. 2 P. 139-148, 2017. DOI: 10.22235/cp.v11i2.1483. Disponível em: <https://revistas.ucu.edu.uy/index.php/cienciaspsicologicas/article/view/1483>.

GONTIJO, L. A.; SILVA, B. M.; VIEGAS, S. M. F. Atenção à saúde de pessoas em situação de rua no cotidiano da atenção primária: scoping review. *Saúde em*

Debate, v. 47, p. 316-332, 2023. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1590/0103-1104202313722>

JESUS, A. A. S.; LISBOA, M.S. Atenção à saúde da população em situação de rua no Brasil: uma revisão de literatura. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, v. 11, p. e3939-e3939, 2022. Disponível em:  
<http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpd.2022.e3939>

KHEZRI, M.; MIRZAZADEH A.; MCFARLAND, W.; IRANPOUR, A.; SHAHESMAEILI A.; ZAREI, J.; MOUSAVIAN, G.; MEHMANDOOST, S.; SHARIFI, H. Prevalence of substance use and associated risk factors among homeless youth in Iran: a cross-sectional study. *Children and Youth Services Review*, v. 116, p. 105070, 2020. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105070>

MEDEIROS, C. R. S.; CAVALCANTE, P. The implementation of the Brazilian health program for the homeless population-Consultório na Rua: obstacles and advantages. *Saúde e Sociedade*, v. 27, p. 754-768, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170946>

OLIVEIRA, M. A. F.; GONÇALVES, R. M. D. A.; CLARO, H. G.; TARIFA, R. R.; NAKAHARA, T.; BOSQUE, R. R.; SILVA, N.N. Perfil das crianças e adolescentes em situação de rua usuários de drogas. *Revista de Enfermagem UFPE On Line*, v. 10, n. 2, p. 475-484, 2016. Disponível em:  
<https://doi.org/10.5205/1981-8963-v10i2a10979p475-484-2016>

PAIVA, I. K. S.; LIRA, C. D. G.; JUSTINO, J. M. R.; MIRANDA, M. G. O; SARAIVA, A. K. M. Direito à saúde de pessoas em situação de rua: reflexões sobre os problemas e componentes. *Ciencia & saude coletiva*, v. 21, p. 2595-2606, 2016. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.06892015>

PAPALIA, D. E.; MARTORELL, G. *Desenvolvimento Humano-14*. McGraw Hill Brasil, 2021.

REIS, D. M.; SANTOS, G. A.; ARAÚJO, T. L. L.; OLIVEIRA, L. L. Desafios frente à saúde da criança de/na situação de Rua: uma revisão integrativa/Challenges facing the health of the child from/into the situation of Rua: an integrative review. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 6, p. 16186-16196, 2020. Disponível em:  
<https://doi.org/10.34119/bjhrv3n6-044>

RIZZINI, I.; COUTO, R. M. B. Children and adolescents on the streets: Main research themes in Brazil. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 19, p. 105-122, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30867>

RODRIGUES, I. M. Crianças e adolescentes vivendo em situação de rua: um diálogo com as políticas públicas. *Saberes Plurais: Educação na Saúde*, v. 7, n. 1, p. e128338-e128338, 2023. Disponível em:  
<https://doi.org/10.54909/sp.v7i1.128338>

SILVA, N. L.; DEMENECH, L. M.; MOREIRA, L. R.; OLIVEIRA, A. T.; CARVALHO, F. T.; PALUDO, S. S. Pregnancy and abortion experience among children, adolescents and youths living on the streets. *Ciencia & saude coletiva*, v. 23, n. 4, 2018. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1590/1413-81232018234.11342016>

SOUZA, M. T. C. de; RIZZINI, I. Projeto Conhecer para Cuidar – Relatório final do levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre crianças e adolescentes em situação de rua e em Acolhimento Institucional como medida protetiva à situação de rua. Fortaleza: Associação Beneficente O Pequeno Nazareno; Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a infância em convênio com a PUC-Rio, 2020. Disponível em: [https://045977a2-f8b9-44a3-9e12-5c9de5f4d705.filesusr.com/ugd/0344c7\\_c470e697e260410bb480ae9efa83d1b1.pdf](https://045977a2-f8b9-44a3-9e12-5c9de5f4d705.filesusr.com/ugd/0344c7_c470e697e260410bb480ae9efa83d1b1.pdf).

STRASHUN, S.; DSA, S.; FOLEY, D.; HANNON, J.; MURPHY, A.; O’GORMAN, C. S. Physical illnesses associated with childhood homelessness: a literature review. *Irish Journal of Medical Science (1971-)*, v. 189, p. 1331-1336, 2020. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1007/s11845-020-02233-3>

TYLER, K. A.; SCHMITZ, R. M. Child abuse, mental health and sleeping arrangements among homeless youth: Links to physical and sexual street victimization. *Children and youth services review*, v. 95, p. 327-333, 2018. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.11.018>

VALE, A. R.; VECCHIA, M. D. O cuidado à saúde das pessoas em situação de rua: possibilidades e desafios. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 1, pág. 42-51, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20190005>